



SÍNTESE INE @ COVID-19

09 . dezembro . 2020

O INE disponibiliza o reporte semanal para acompanhamento do impacto social e económico da pandemia COVID-19.

O presente reporte versa sobre os destaques relativos a:

- Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação – setembro de 2020, publicado a 23 de novembro;
- Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Empresas – 2020, publicado a 23 de novembro;
- Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas - COVID-19 – novembro de 2020, publicado a 26 de novembro;
- Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores – outubro de 2020, publicado a 27 de novembro;
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação – outubro de 2020, publicado a 27 de novembro;
- Índice de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho – outubro de 2020, publicado a 27 de novembro;
- Óbitos por semana – Dados preliminares 2020, publicado a 27 de novembro.

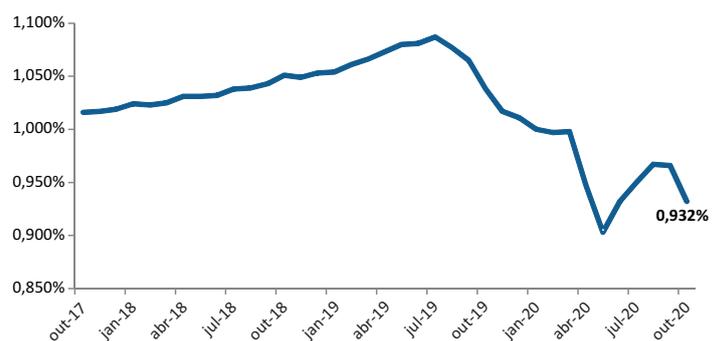
Para maior detalhe, consulte os *links*, para informação relacionada, disponíveis ao longo do destaque.

Taxa de juro no crédito à habitação desce. Capital em dívida e prestação mensal aumentam

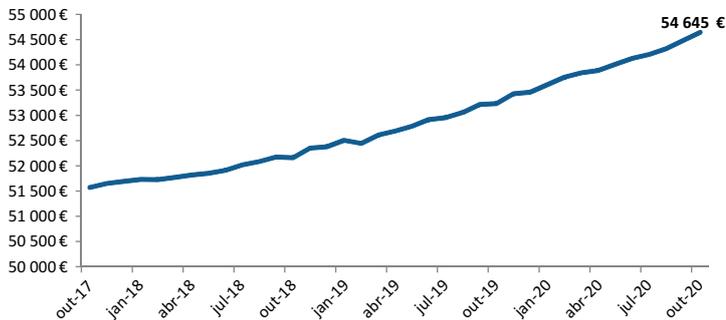
Em outubro, a taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação foi de 0,932% (0,966% em setembro). Nos contratos celebrados nos últimos três meses, a taxa de juro desceu para 0,914% (0,966% em setembro).



Taxa de Juro Implícita nos contratos de crédito à habitação



Capital Médio em Dívida



Em outubro, o capital médio em dívida para a totalidade dos contratos aumentou 161 euros face ao mês anterior, fixando-se em 54 645 euros. O valor médio da prestação subiu 1 euro, para 227 euros.

A taxa de juro implícita no crédito à habitação para os contratos de aquisição de habitação desceu em outubro para 0,951% (0,983% no mês anterior). Nos contratos celebrados nos últimos 3 meses, esta taxa de juro fixou-se em 0,911% (0,961% em setembro).

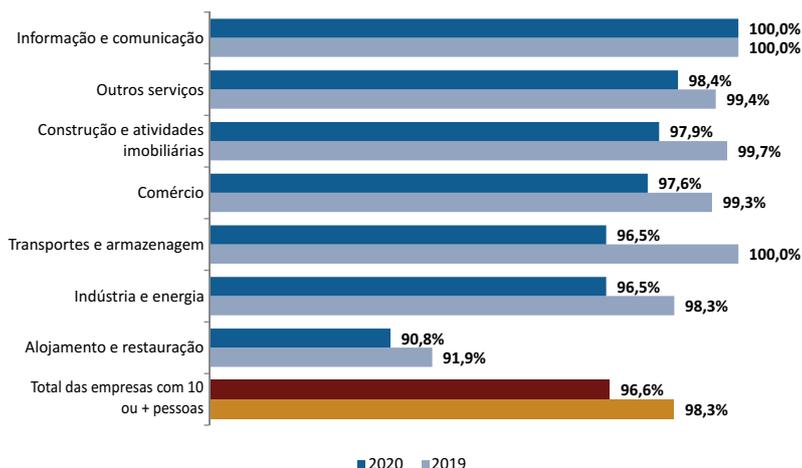
Mais informação:

[Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação - setembro de 2020](#)
(23 de novembro)

Perto de 2/3 das empresas têm *website*

Em 2020, 96,6% das empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço utilizam computador com ligação à Internet para fins profissionais através do serviço de banda larga. A ligação fixa de banda larga é mais utilizada do que a ligação móvel de banda larga: 95,1% e 67,1%, respetivamente.

Empresas que utilizam computadores com ligação à Internet para fins profissionais, em % do total de empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço



O setor com menor utilização é “Alojamento e restauração” (90,8%).

61,5% das empresas com 10 ou mais pessoas têm, em 2020, *website* próprio ou do grupo económico a que pertencem (+2,6 p.p. face ao ano anterior).

A maioria destas empresas disponibiliza a descrição dos produtos ou serviços (78,7%) e listas de preços e ligações ou referências a perfis de redes sociais da empresa (56,4%).

A proporção de empresas com *website* aumenta com o escalão de pessoal ao serviço, destacando-se as empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço (95,3%), seguindo-se as empresas com 50 a 249 pessoas ao serviço (82,5%) e, por último, as empresas com 10 a 49 pessoas ao serviço (56,9%).

A percentagem de empresas com *website* atinge os valores mais elevados nos setores “Informação e comunicação” (94,9%), “Outros serviços (73,0%) e “Transportes e armazenagem” (65,5%), enquanto os valores mais baixos são registados nos setores “Alojamento e restauração” (46,9%) e “Construção e atividades imobiliárias” (57,9%).

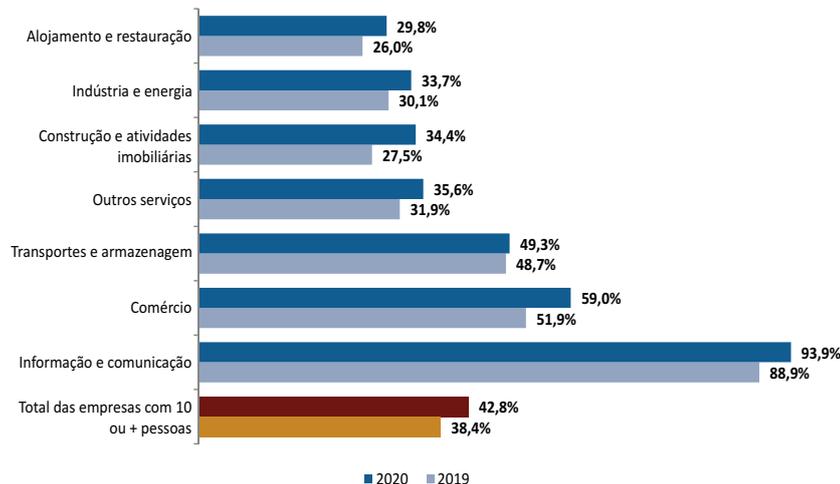
9,3% das empresas disponibilizam um serviço de *chat* em que uma pessoa responde aos clientes e 3% disponibilizam um *chatbot* ou assistente virtual que responde aos clientes.



29,0% das empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço compram serviços de computação em nuvem na Internet, com destaque para o correio eletrónico e o armazenamento de ficheiros (83,2% e 70,1% destas empresas, respetivamente).

Cerca de 23% das empresas têm ao serviço pessoal especialista em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Esta percentagem foi superior nas empresas com 250 ou mais pessoas (69,8%) e no setor “Informação e comunicação” (71,0%).

Pessoas ao serviço que utilizam computadores com ligação à Internet para fins profissionais, em % do total de pessoas ao serviço em empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço



Do total de empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço em 2020, 13,0% utilizam dispositivos ou sistemas interconectados que podem ser monitorizados ou controlados remotamente através da Internet e 9,1% utilizam robôs industriais e/ou de serviço.

42,8% das pessoas ao serviço utilizam computador com ligação à Internet para fins profissionais (+4,4 p.p. que em 2019).

Por setor de atividade, “Informação e comunicação” regista a maior percentagem de pessoas que utilizam o computador com ligação à Internet para fins profissionais (93,9%), seguindo-se “Comércio” (59,0%) e “Transportes e armazenagem” (49,3%). “Alojamento e restauração” é o setor com menor percentagem (29,8%).

Mais informação:
Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Empresas – 2020
 (23 de novembro)

COVID-19: acompanhamento do impacto da pandemia nas empresas

O Instituto Nacional de Estatística e o Banco de Portugal lançaram, no passado mês de abril, o Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas (COVID-IREE), tendo como objetivo identificar os efeitos da pandemia na atividade das empresas.

Atendendo à evolução das restrições à atividade económica decorrentes da pandemia COVID-19, o questionário foi suspenso em agosto. Considerando o atual agravamento das condições de emergência sanitária, o INE e o BdP decidiram realizar mais uma edição do inquérito, com um conjunto reformulado de questões, que visam avaliar também a perceção das empresas face a um conjunto de cenários possíveis. A recolha relativa a esta edição decorreu na semana de 11 a 19 de novembro.

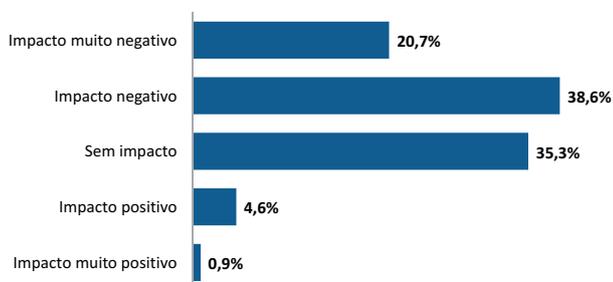
Os resultados apresentados referem-se exclusivamente às empresas que responderam a esta edição do inquérito (cerca de 6 mil). Estas empresas correspondem basicamente a uma amostra representativa subjacente ao cálculo dos índices de volume de negócios setoriais mensalmente publicados pelo INE.

O inquérito não abrange empresas do sector financeiro nem as organizações da Administração Pública.

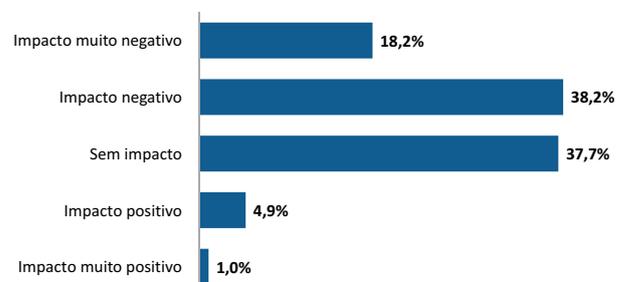
Impacto da pandemia no volume de negócios

Mais de metade das empresas respondentes reportou um impacto negativo ou muito negativo na evolução presente do volume de negócios associado à redução das encomendas/clientes (59%) e às novas medidas de contenção (56%).

Impacto das variações nas encomendas/clientes para a evolução presente do volume de negócios da empresa (nov. 2020)



Impacto das novas medidas de contenção anunciadas para a evolução do volume de negócios da empresa (nov. 2020)



O setor de atividade “Alojamento e restauração” é aquele em que as alterações decorrentes da pandemia COVID-19 têm maior expressão no volume de negócios das empresas:

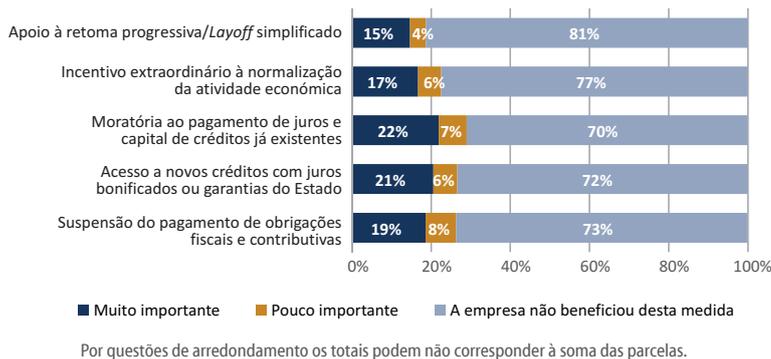
- As novas medidas de contenção anunciadas afetam negativamente 82% das empresas, sendo que 59% reportam um impacto muito negativo;
- As variações nas encomendas/clientes foram referidas por 84% das empresas como tendo um impacto negativo ou muito negativo (55%, nesta última situação).



Importância das medidas apresentadas pelo Governo para a situação de liquidez das empresas

A maioria das empresas que beneficiam atualmente das medidas de apoio do Governo consideram-nas muito importantes para a sua situação de liquidez. Estas empresas representam entre 19% e 30% do total dos respondentes, dependendo da medida de apoio.

Grau de importância das medidas apresentadas pelo Governo devido à pandemia COVID-19 para a situação de liquidez das empresas (% do total de empresas respondentes)



Também neste caso se destaca o setor “Alojamento e restauração” como aquele em que existe maior proporção de empresas a beneficiarem atualmente das medidas do Governo:

- 58% no apoio à retoma progressiva/layoff simplificado;
- 56% no incentivo extraordinário à normalização da atividade económica;
- 50% na moratória ao pagamento de juros e de capital de créditos já existentes, no acesso a novos créditos e na suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas.

Expectativa das empresas quanto à evolução dos postos de trabalho até ao final de 2020

Face à situação atual, até ao fim de 2020 e relativamente ao total das empresas que responderam ao inquérito:

- A grande maioria (85%) planeia manter os postos de trabalho até ao final de 2020; estas empresas correspondem a 68% do total do pessoal ao serviço das empresas respondentes;
- 10% das empresas planeiam reduzir os postos de trabalho (21% do total do pessoal ao serviço);
- 5% das empresas pretendem aumentar os postos de trabalho (11% do total do pessoal ao serviço).

As empresas do setor “Alojamento e restauração” são as que mais planeiam reduzir os postos de trabalho até ao final do ano (36%), com reduções superiores a 20% dos postos de trabalho em 10% das empresas.



Em contraste, o setor “Informação e comunicação” registou a maior proporção de empresas com planos de aumento dos postos de trabalho no mesmo período (11%), que poderá atingir 15% dos postos de trabalho em 9% das empresas.

Expectativa das empresas quanto à evolução dos postos de trabalho em 2021

Considerando igualmente o contexto atual, e também face ao total das empresas que responderam ao inquérito, mas relativamente ao ano de 2021:

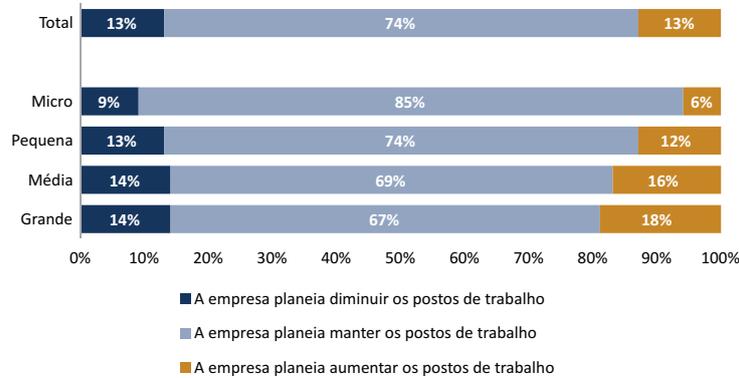
- Planeiam manter os postos de trabalho 74% das empresas (59% do total do pessoal ao serviço);
- Pensam reduzir os postos de trabalho 13% das empresas (15% do total do pessoal ao serviço);
- Equacionam aumentar os postos de trabalho também 13% das empresas (26% do total do pessoal ao serviço).

Também relativamente a este horizonte temporal:

- O setor “Alojamento e restauração” regista a maior percentagem de empresas com planos de redução dos postos de trabalho: 35%;
- As empresas do setor “Informação e comunicação” são as que mais planeiam aumentar os postos de trabalho: 21%.

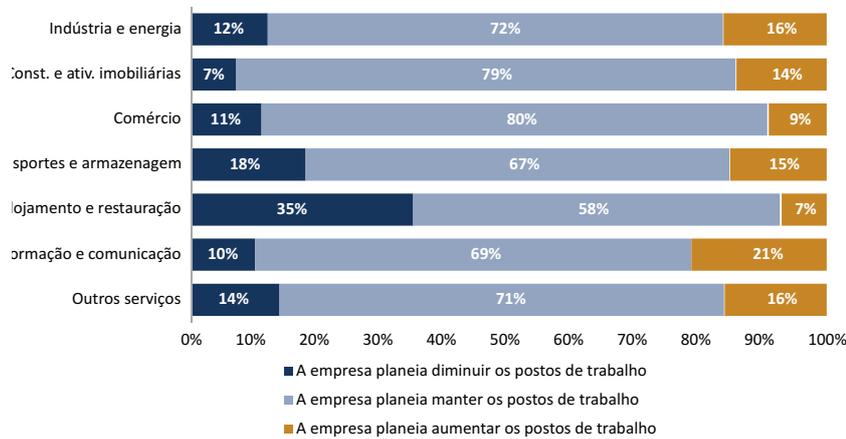
Expectativa de evolução dos postos de trabalho das empresas em 2021

Total das empresas respondentes e dimensão



Por questões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Sector de atividade

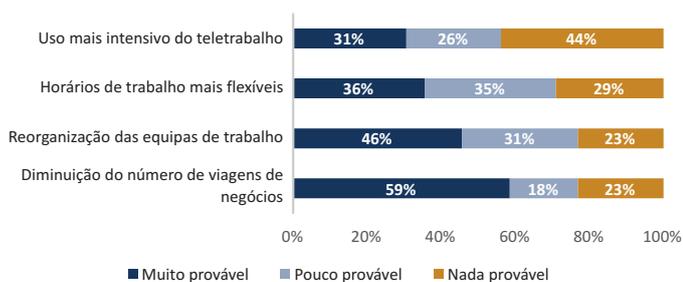


Por questões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Alterações permanentes na forma de trabalhar das empresas motivadas pela pandemia COVID-19

Estão a ser encaradas pelas empresas respondentes alterações permanentes na sua forma de trabalhar em consequência da pandemia COVID-19. A proporção de empresas nesta situação varia consoante o tipo de alteração considerada.

Alterações permanentes na forma de trabalhar das empresas motivadas pela pandemia COVID-19, em % do total de empresas



Por questões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Nas grandes empresas, a probabilidade de uma redução de forma permanente das viagens de negócios atinge os 92%, sendo muito provável para 76% destas empresas.

O diferencial entre as grandes e as micro empresas é particularmente notório no que respeita ao uso mais intensivo do teletrabalho de forma permanente: muito provável em 57% das grandes empresas, 40 p.p. acima do registado nas micro empresas (17%).

O setor “Informação e comunicação” destaca-se pela elevada proporção de empresas que considera a possibilidade de alterar de forma permanente a sua forma de trabalhar: 65% das empresas considera muito provável o uso mais intensivo do teletrabalho e 58% admite como muito prováveis horários de trabalho mais flexíveis.

Em contraponto, no “Alojamento e restauração” 71% das empresas consideram nada provável o uso mais intensivo do teletrabalho de forma permanente, embora considerem possível; no entanto, a reorganização permanente das equipas de trabalho é considerada como muito provável por 58% das empresas deste setor.

Preocupação das empresas face a diferentes cenários possíveis

Uma larga maioria de empresas (90%) manifestam um grau de preocupação elevado (55%) ou moderado (45%) face a um agravamento ou prolongamento das medidas de contenção da pandemia a implementar pelo Governo.

Tempo estimado de subsistência das empresas num cenário de agravamento das medidas de contenção da pandemia e de ausência de medidas adicionais de apoio

Perante um cenário de agravamento das medidas de contenção da pandemia e de ausência de medidas adicionais de apoio:

- 84% das empresas não preveem encerrar;
- 16% das empresas estimam conseguir subsistir, em média, cerca de 7 meses;

Nas empresas do setor "Alojamento e restauração", esta percentagem situa-se em 42% e o tempo médio de subsistência em 5,3 meses.

Importância para as empresas de uma possível extensão das medidas de apoio do Governo, face a um cenário de agravamento das medidas de contenção

Num cenário de agravamento das medidas de contenção (semelhante ao observado durante o estado de emergência que vigorou em março e abril), uma proporção significativa de empresas considera que seria muito importante estender as medidas de apoio do Governo:

- 54% no caso da suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas;
- 51% no *layoff* simplificado;
- 45% no acesso a novos créditos com juros bonificados ou garantias do Estado;
- 40% no caso da moratória.

Em contraste, uma percentagem igual ou superior a 30% das empresas, consoante a medida, não recorreriam às medidas de apoio do Governo num eventual cenário de agravamento das medidas de contenção.

Tempo estimado para que a atividade das empresas volte ao normal, admitindo o controlo efetivo da pandemia em 2021

Num cenário de controlo efetivo da pandemia em 2021, cerca de um terço das empresas (34%) estimam que a sua atividade voltará ao normal. Em média, estas empresas estimam que o retorno à normalidade ocorra daqui a 9,8 meses. No mesmo contexto, 4% das empresas não preveem o retorno ao nível normal e 62% não conseguem antecipar se o seu volume de negócios voltará ou não ao nível normal.

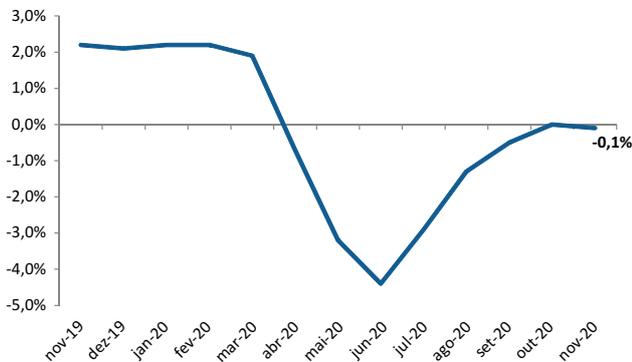
Admitindo o controlo efetivo da pandemia, as empresas do setor "Transportes e armazenagem" são as que, em média, necessitam de mais tempo para que a atividade regresse à normalidade (14,2 meses). Já no setor "Informação e comunicação", o tempo médio estimado é substancialmente inferior (8,6 meses).

Mais informação:

Inquérito Rápido e Excecional às Empresas - COVID-19 – novembro de 2020
(26 de novembro)

Indicadores de confiança dos consumidores e de clima económico diminuem

Indicador de Clima Económico



Em novembro, o indicador de confiança dos Consumidores diminuiu, após ter permanecido num patamar relativamente estável nos últimos cinco meses, que se seguiu à recuperação parcial, observada em maio e junho, da maior diminuição da série registada em abril.

O indicador de clima económico diminuiu em novembro, interrompendo o perfil de recuperação observado nos seis meses anteriores, após ter atingido em abril o valor mínimo da série. Em novembro, os indicadores de confiança diminuíram em todos os setores – Construção e Obras Públicas, Comércio, Serviços e Indústria Transformadora –, sendo a redução de maior magnitude no primeiro caso.

Os indicadores de confiança apresentaram em novembro as seguintes evoluções:

- O indicador de confiança dos Consumidores registou uma diminuição, que resultou do contributo negativo das componentes relativas às expectativas para os próximos doze meses, nomeadamente as perspetivas sobre a evolução futura da situação económica do país, da situação financeira do agregado familiar e da realização de compras importantes; as opiniões sobre a evolução passada da situação financeira do agregado familiar tiveram um contributo positivo.
- O indicador de confiança da Indústria Transformadora diminuiu, contrariando o aumento registado no mês anterior e interrompendo a recuperação observada entre junho e agosto, após ter atingido em maio o mínimo histórico da série.
A redução do indicador refletiu o acentuado contributo negativo do saldo das perspetivas de produção da empresa e, em menor grau, das opiniões sobre os *stocks* de produtos acabados. Ao invés, as apreciações relativas à evolução da procura global contribuíram positivamente.
O indicador diminuiu nos três agrupamentos: "Bens de Consumo", "Bens de Investimento" e "Bens Intermédios", de forma moderada no último caso.
- O indicador de confiança da Construção e Obras Públicas diminuiu acentuadamente, interrompendo o perfil de recuperação observado entre maio e outubro, depois de registar em abril a diminuição mais acentuada da série.
O agravamento do indicador resultou dos contributos negativos de ambas as componentes: "apreciações sobre a carteira de encomendas" e "perspetivas de emprego."
A redução do indicador verificou-se nas três divisões – "Promoção Imobiliária e Construção de Edifícios", "Engenharia Civil" e "Atividades Especializadas de Construção" –, de forma particularmente expressiva no primeiro caso.
- O indicador de confiança do Comércio diminuiu significativamente, interrompendo o perfil ascendente observado entre maio e outubro, após a forte redução em abril, quando atingiu o mínimo da série.
Esta evolução refletiu o contributo negativo das apreciações relativas ao volume de vendas e das perspetivas de atividade da empresa nos próximos três meses, tendo as opiniões sobre o volume de *stocks* contribuído positivamente.
O indicador de confiança diminuiu em ambos os subsectores – "Comércio por Grosso" e "Comércio a Retalho" –, de forma mais acentuada neste último.
- O indicador de confiança dos Serviços também diminuiu de forma significativa, depois de ter recuperado parcialmente, entre junho e outubro, do mínimo histórico da série atingido em maio.
A evolução do indicador resultou dos contributos negativos das apreciações sobre a evolução da carteira de encomendas e, em maior magnitude, das perspetivas sobre a evolução da procura.
A redução do indicador de confiança verificou-se em todas as secções, com destaque para "Atividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativas", "Transportes e Armazenagem" e "Alojamento, Restauração e Similares".

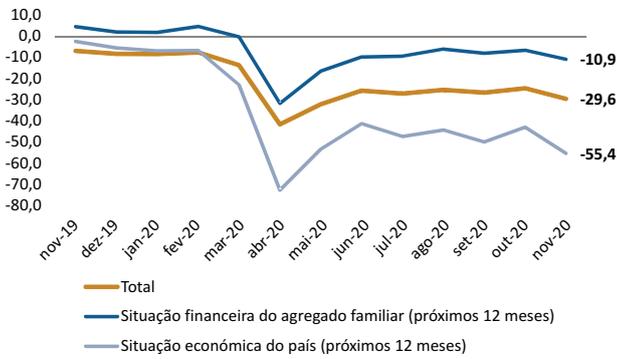


SÍNTESE INE @ COVID-19

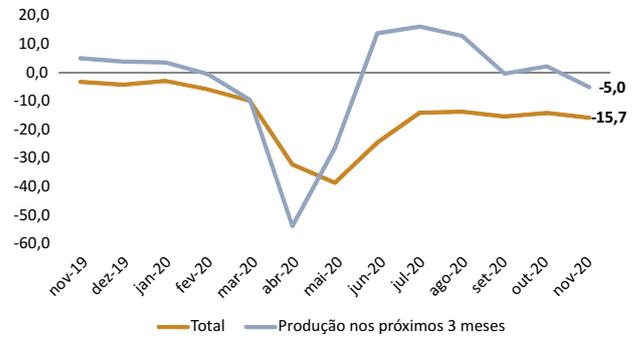
09 . dezembro . 2020

Indicadores de confiança (SRE*) (valores das séries de base mensais, corrigidos de sazonalidade)

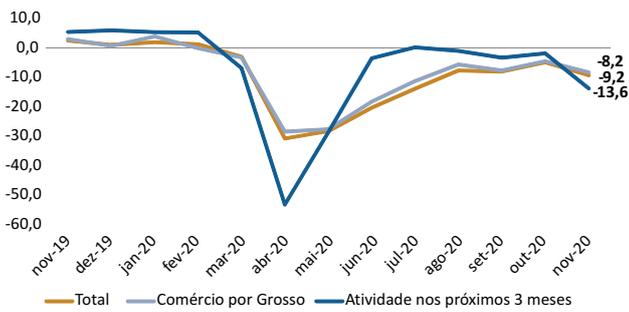
Indicador de Confiança dos Consumidores



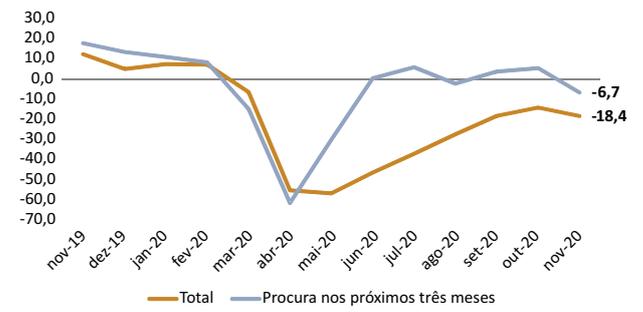
Indicador de Confiança da Indústria Transformadora



Indicador de Confiança do Comércio



Indicador de Confiança dos Serviços



*SRE – Saldo de respostas extremas

No mês de novembro, as entrevistas telefónicas do inquérito aos consumidores decorreram entre os dias 2 e 17 e as dos inquéritos às empresas entre 1 e 23.

Mais informação:

Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores – outubro de 2020
(27 de novembro)

Valor mediano da avaliação bancária aumenta

O valor mediano de avaliação bancária em outubro de 2020 foi 1 131 euros, mais 3 euros que o observado no mês precedente. Em termos homólogos, a taxa de variação manteve-se em 5,8% (valor igual em setembro).

Neste mês, o número de avaliações bancárias reportadas, que está subjacente aos resultados apresentados, foi de aproximadamente 24,6 mil (+2,9% que no mesmo mês do ano anterior). Destas:

- Cerca de 15 600 foram avaliações de apartamentos;
- Cerca de 9 000 foram avaliações de moradias.

A nível regional (NUTS II), o valor mediano de avaliação bancária registou em outubro:

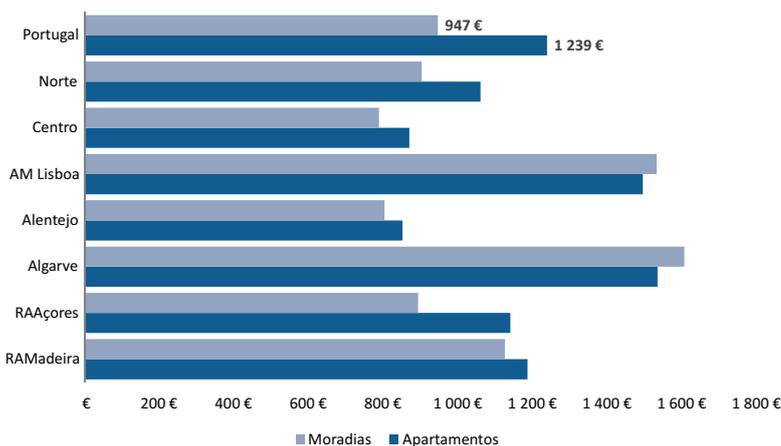
- Face ao mês anterior:
 - » O maior aumento na Região Autónoma da Madeira: 2,4%;
 - » A única redução no Centro: -0,2%.
- Em termos homólogos:
 - » A variação mais elevada no Algarve: +7,5%;
 - » A menor variação no Alentejo: +2,4%.

A análise por tipo de habitação revela que, em outubro e em termos homólogos, o valor mediano de avaliação bancária:

- Nos apartamentos, aumentou 7,3%, fixando-se em 1 239 euros/m²;
- Nas moradias, aumentou 3,6%, para 947 euros/m².



Valor Mediano de Avaliação Bancária – Outubro 2020
Apartamentos e Moradias - (euros/m²)



Em outubro de 2020, face ao mês anterior, o valor mediano de avaliação bancária:

- Nos apartamentos:
 - » T2 subiu 2 euros, para 1 255 euros/m²;
 - » T3 desceu 7 euros, para 1 127 euros/m².

Estas duas tipologias representaram, no conjunto, 80,7% das avaliações de apartamentos realizadas em outubro.

- Nas moradias:
 - » T2 aumentou 40 euros, para 855 euros/m²;
 - » T3 subiu 30 euros, para 886 euros/m²;
 - » T4 cresceu 17 euros, para 969 euros/m².

O conjunto destas três tipologias representou 69,5% das avaliações de moradias.

O Índice do valor mediano de avaliação bancária em setembro mostra ainda que, a nível de regiões NUTS III:

- Apresentaram valores de avaliação superiores à mediana do país:
 - » Área Metropolitana de Lisboa: +37%;
 - » Algarve: +33%;
 - » Alentejo Litoral: +3%;
 - » Região Autónoma da Madeira: +2%.
- A região da Beira Baixa foi a que apresentou o valor mais baixo (-40% que a mediana do país).

Mais informação:
[Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação – outubro de 2020](#)
(27 de novembro)

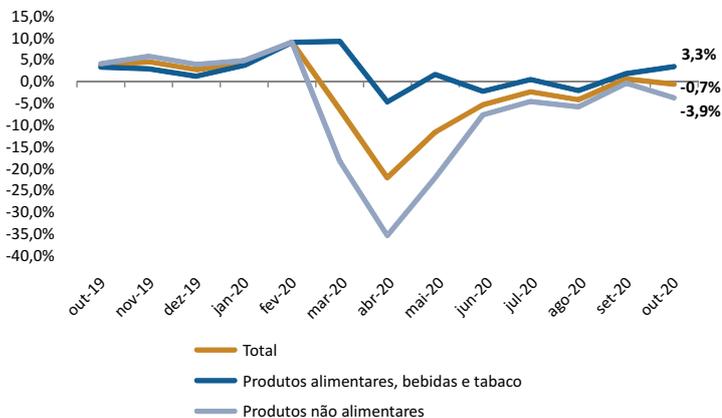
Vendas no Comércio a Retalho diminuem 0,7%

O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou em outubro uma variação homóloga de -0,7% (+0,5% no mês anterior).

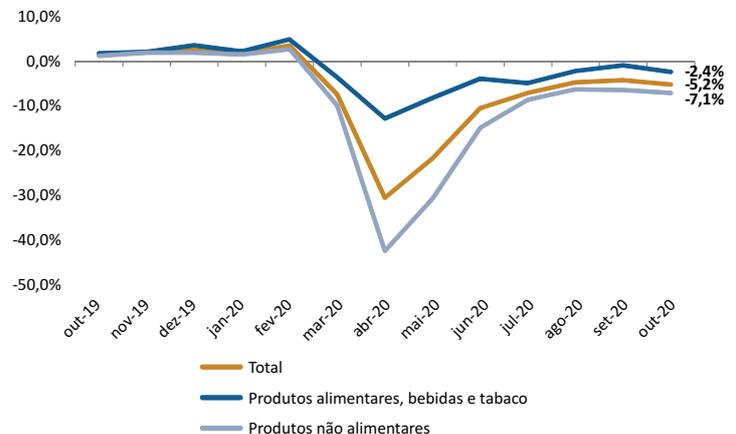
Os dois grandes agrupamentos que compõem este índice tiveram as seguintes evoluções:

- “Produtos Não Alimentares”: redução de 3,9% (-0,5% em setembro);
- “Produtos Alimentares”: aumento de 3,3% (+1,7% em setembro).

Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(deflacionado)
variação homóloga (%)



Horas Trabalhadas
(dados ajustados de efeitos de calendário)
variação homóloga (%)



Em outubro, registaram-se ainda as seguintes variações:

- Índice de emprego:
 - » Variação homóloga: -3,2% (-3,7% em setembro);
 - » Variação mensal: -0,1% (-0,6% em outubro de 2019);
- Índice de remunerações:
 - » Variação homóloga: -1,9% (1,4% em setembro);
 - » Variação mensal: -3,5% (-0,3% em outubro de 2019);
- Índice de horas trabalhadas:
 - » Variação homóloga: -5,2% (-4,2% em setembro);
 - » Variação mensal: 1,3% (2,3% em outubro de 2019).



Mais informação:

[Índice de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho – outubro de 2020](#)
(27 de novembro)

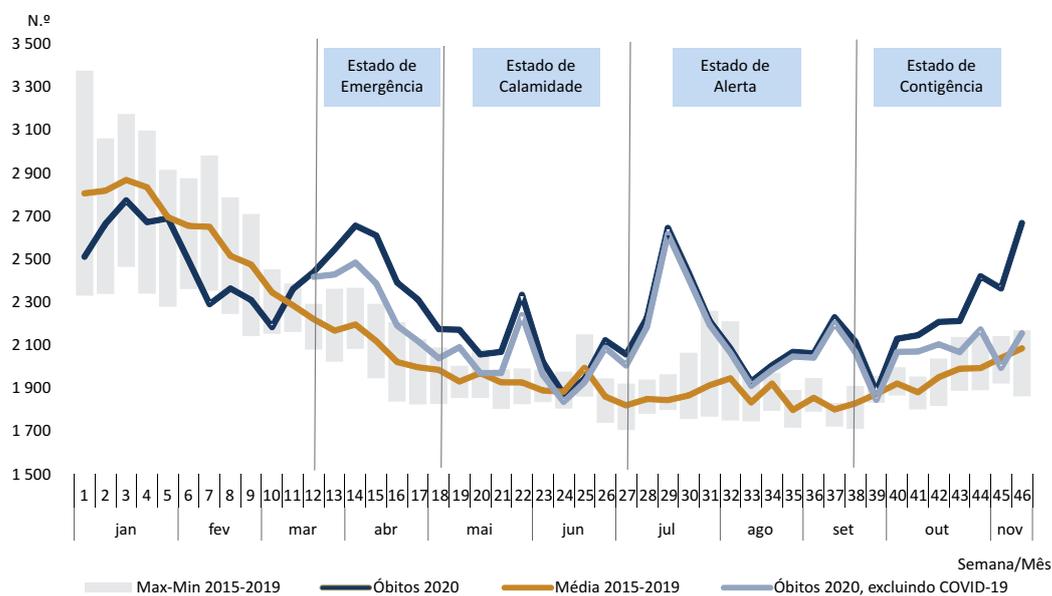
A mortalidade em Portugal no contexto da pandemia COVID-19

Cerca de 82% do acréscimo de óbitos entre 19 de outubro e 15 de novembro, relativamente à média dos últimos 5 anos, deveu-se à COVID-19

Entre 2 de março – data em que foram diagnosticados os primeiros casos com a doença COVID-19 em Portugal – e 15 de novembro registaram-se 82 326 óbitos em território nacional, mais 9 640 do que a média dos anos 2015-2019 em período homólogo. Destes óbitos, 36,0% (3 472) foram atribuídos à COVID-19.

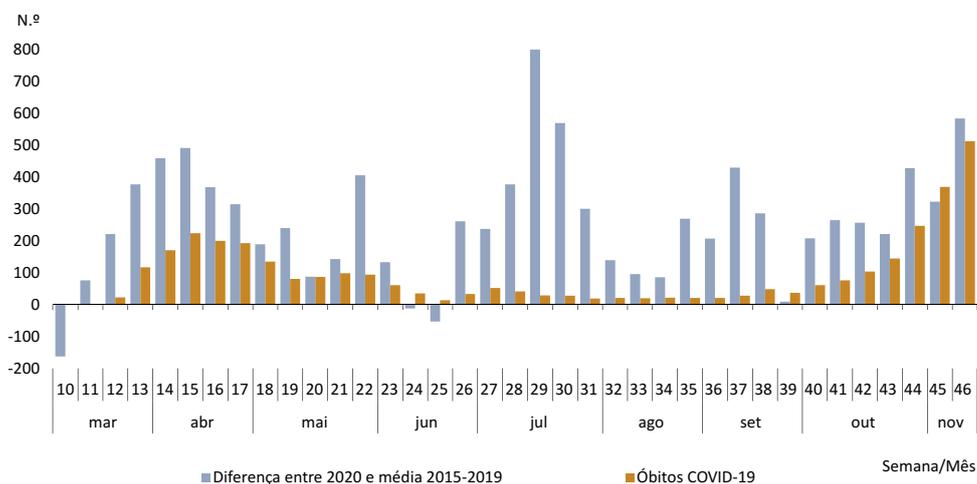
Nas últimas 4 semanas (19 de outubro a 15 de novembro), o aumento relativamente à média em período homólogo de 2015-2019 foi de 1 556 óbitos, dos quais 1 274 (81,9%) atribuídos à COVID-19.

Óbitos 2020 e média 2015-2019, por semana, Portugal, semanas 1 a 46



O aumento dos óbitos em 2020, relativamente à média de 2015-2019, atingiu um primeiro pico na semana 15 (6 a 12 de abril) e registou o valor mais elevado na semana 29 (13 a 19 de julho), com um acréscimo de 800 óbitos, ao qual não será alheio o facto de o mês de julho de 2020 ter sido extremamente quente. Na semana 37 (7 a 13 de setembro), registou-se um novo pico, após o que voltou a decrescer. Desde a semana 40 (28 setembro a 4 de outubro), observa-se um aumento continuado do número de óbitos, que se tem afastado cada vez mais da média dos últimos cinco anos.

Diferença entre óbitos 2020 e média 2015-2019 e Óbitos COVID-19

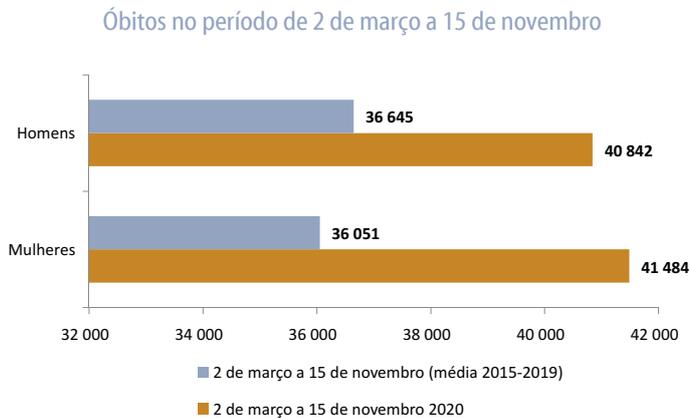


SÍNTESE INE @ COVID-19

09 . dezembro . 2020

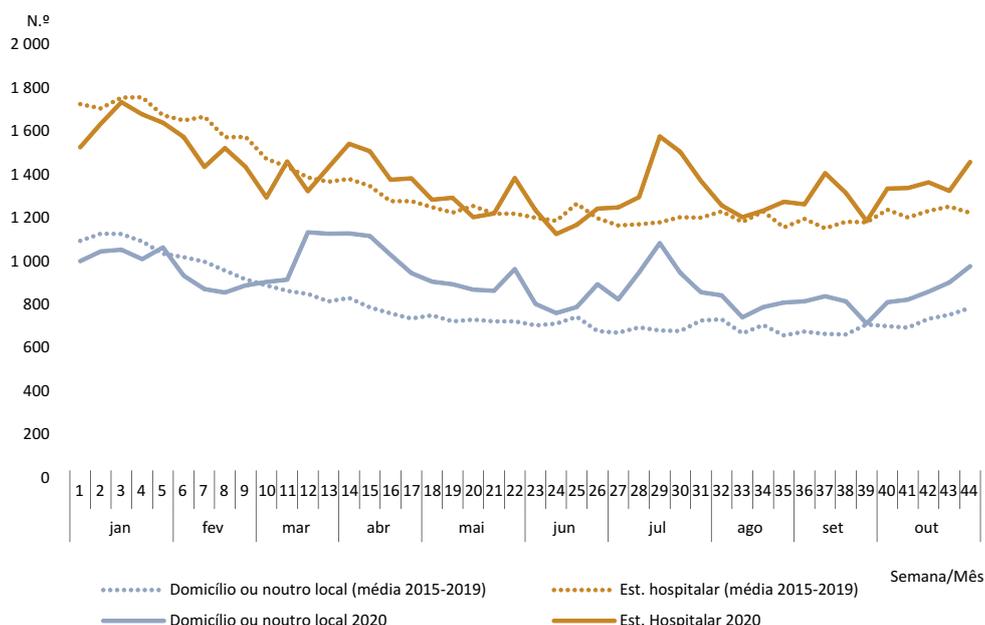
Do total de óbitos desde 2 de março a 15 de novembro (semana 10 à 46):

- 40 842 foram de homens e 41 484 de mulheres (+4 197 e +5 433, respetivamente, do que a média de óbitos no período homólogo de 2015-2019);



- 71,3% foram de pessoas com idade igual ou superior a 75 anos (58 683 óbitos). Comparativamente à média de óbitos observada em período homólogo de 2015-2019, morreram mais 8 277 pessoas com 75 e mais anos, das quais 6 288 tinham 85 e mais anos;
- O maior acréscimo relativamente à média de óbitos no período homólogo de 2015-2019 registou-se na região Norte (+4 138 óbitos), seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa (+2 659), o Centro (+1 689), o Alentejo (+798), o Algarve (+323) e as regiões autónomas dos Açores (+90) e da Madeira (+89);
- 49 301 óbitos ocorreram em estabelecimento hospitalar e 33 025 fora do contexto hospitalar. Relativamente à média em período idêntico de 2015-2019, estes registos correspondem a aumentos de 3 492 óbitos em estabelecimento hospitalar e de 6 148 óbitos fora do contexto hospitalar.

Óbitos 2020 e média 2015-2019, por semana e local do óbito



Mais informação:

[Óbitos por semana - Dados preliminares 2020](#)
(27 de novembro)

O INE iniciou em 3 de abril de 2020 a divulgação da série de Destaques “Síntese INE@COVID-19”, com o propósito de disponibilizar uma agregação sintética de alguns dos resultados estatísticos oficiais mais relevantes divulgados em cada semana.

Pretende-se, com estes reportes, facilitar o acesso a informação que permita o acompanhamento do impacto social e económico da pandemia COVID-19 pelos decisores das entidades públicas e privadas e também pelo público em geral.

Destaques do INE a divulgar na semana de 30 de novembro a 04 de dezembro:

| Destaques | Período de referência | Data de divulgação |
|--|-----------------------|------------------------|
| Estimativa Rápida do IPC/IHPC | Novembro de 2020 | 30 de novembro de 2020 |
| Atividade Turística - Estimativa Rápida: Outubro de 2020 | | 30 de novembro de 2020 |
| Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego | Outubro de 2020 | 30 de novembro de 2020 |
| Contas Nacionais Trimestrais | 3.º Trimestre de 2020 | 30 de novembro de 2020 |
| Atividade dos Transportes | 3.º Trimestre de 2020 | 02 de dezembro de 2020 |
| Índices de Produção Industrial | Outubro de 2020 | 02 de dezembro de 2020 |
| Inquérito à Fecundidade | 2019 | 03 de dezembro de 2020 |
| Indicadores de contexto para a pandemia COVID-19 em Portugal | | 04 de dezembro de 2020 |